



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área Judiciária

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Português**

Atenção: As questões de números 1 a 7 referem-se ao texto abaixo.

Até alguns anos atrás, a palavra biodiversidade era quase incompreensível para a maioria das pessoas. Hoje, se ainda não chega a ser um tema que se discuta nos bares, vem se incorporando cada vez mais na sociedade em geral. Tudo indica que a variedade de espécies de plantas, animais e insetos de uma determinada área começa a ser uma preocupação geral – a ponto de a ONU considerar 2010 o Ano Internacional da Biodiversidade.

Mas, ainda que seja um assunto cada vez mais popular, convencer governos e sociedades de que a biodiversidade tem importância fundamental para a espécie humana e para o próprio planeta é uma perspectiva remota. Afinal, a quantidade de espécies aparentemente não influencia a vida profissional, social e econômica de quem está mergulhado nas decisões mais prosaicas do dia a dia.

Como diz Ahmed Djoghlaif, secretário-executivo da 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, o objetivo desse encontro é "desenvolver um novo plano estratégico para as próximas décadas, incluindo uma visão para 2050 e uma missão para a biodiversidade em 2020."

Talvez seja um discurso um pouco vago devido à urgência dos fatos: nunca, na história do planeta, registrou-se um número tão grande de espécies ameaçadas. Diariamente, 100 delas entram em processo de extinção e calcula-se que nos próximos 20 anos mais de 500 mil serão varridas definitivamente do globo. Tudo isso ocorre, na maior parte, graças à intervenção humana.

Nessas espécies encontra-se um vasto e generoso banco genético, cuja exploração ainda engatinha, capaz de fornecer as mais diferentes soluções para questões humanas eminentes. Esse fato poderia constituir argumento suficiente para a preservação das espécies e das áreas em que elas se encontram. No entanto, o raciocínio conservacionista tem sido puramente contábil: quanto vale a biodiversidade, qual é o prejuízo que representa sua diminuição e que investimento é necessário para mantê-la. Nessa contabilidade, o que entra é um valor atribuído aos "serviços" ambientais que os biomas oferecem – como a purificação do ar e da água, o fornecimento de água doce e de madeira, a regulação climática, a proteção a desastres naturais, o controle da erosão e até a recreação. E a ONU avisa: mais de 60% desses serviços estão sofrendo degradação ou sendo consumidos mais depressa do que podem ser recuperados.

(Roberto Amado. **Revista do Brasil**, outubro de 2010, pp. 28-30, com adaptações)

1. A afirmativa correta, considerando-se o assunto do texto, é:
 - (A) A contabilidade atual em torno dos benefícios oferecidos ao meio ambiente pela biodiversidade desconsidera a presença humana no planeta.
 - (B) A biodiversidade transformou-se em um assunto para leigos, que o discutem sem levar em conta, verdadeiramente, a importância dos biomas para a ciência genética.
 - (C) Diante da importância da biodiversidade, é compreensível que ela seja avaliada apenas por conta dos benefícios que presta à manutenção das condições climáticas do planeta.
 - (D) Há, atualmente, preocupação maior com a manutenção da biodiversidade, baseada especialmente na ampla conscientização de sua importância para a vida no planeta.
 - (E) Apesar da importância de grande número de espécies animais que oferecem vasto material genético para pesquisas, ainda são incipientes os estudos nessa área.
2. As informações mais importantes contidas no texto estão resumidas, com lógica, clareza e correção, em:
 - (A) A biodiversidade passou a ser um tema que tem trazido preocupação maior em todas as áreas, tanto que 2010 é o Ano Internacional da Biodiversidade. A razão dessa preocupação está no grande número de espécies ameaçadas, principalmente em virtude da intervenção humana. A biodiversidade tem sido bem mais valorizada pelos benefícios prestados ao ambiente, do que por sua contribuição aos estudos genéticos, sem se levar em conta que a degradação desses biomas esteja ocorrendo em um ritmo mais acentuado do que a possibilidade de sua recuperação.
 - (B) O Ano Internacional da Biodiversidade, que é este, procura ser preocupação geral com os biomas que, além de oferecer serviços ao ambiente, tem possibilidades genéticas para os estudos que estão principiando. A extinção de grande número de espécies, por causa da ação indevida do ser humano, eis por que tem muitas espécies ameaçadas, já que os biomas, embora ofereçam os serviços da natureza, não conseguem se recuperar mais depressa que a sua degradação.
 - (C) O tema da biodiversidade que virou assunto popular ultimamente, todos discutem, sem conhecimento de que ele é importante para a vida de todos no planeta, como banco genético, que os estudos ainda estão começando. Somente os serviços que os biomas estão prestando à natureza é que está sendo considerado, no interesse da maioria, por sua regulação climática e, mais ainda, a proteção a desastres naturais.
 - (D) A biodiversidade, com a variedade de espécies de plantas, animais e insetos de uma região, tem seu valor reconhecido como benefício para as condições gerais do globo, que se mantém com sua preservação. E ainda, tem valor para pesquisas sobre genética, para se descobrir as causas de muitas doenças, hoje desconhecidas, apesar de que sua degradação esteja mais rápida do que a regeneração desses biomas.
 - (E) A degeneração da biodiversidade hoje é bem maior que a ampla recuperação dos biomas, conquanto seja fornecedora de material genético, capaz de descobrir a solução para problemas humanos, principalmente na saúde. Vai se desenvolver novo plano estratégico de conservação dessa biodiversidade nos próximos 20 anos, que é necessário para a proteção das várias espécies de plantas e animais que aí vivem.



3. *Tudo isso ocorre, na maior parte, graças à intervenção humana.* (4º parágrafo)

A relação sintático-semântica entre os dois segmentos da afirmativa acima se estabelece como

- (A) um tempo determinado e um de seus principais efeitos.
 (B) uma assertiva e uma de suas consequências objetivas.
 (C) um efeito decorrente de sua causa principal.
 (D) um fato real, seguido de uma hipótese provável.
 (E) uma observação concreta e sua conclusão mais coerente.

4. Com a substituição do segmento grifado pela expressão entre parênteses no final da transcrição, o verbo **que deverá ser mantido no singular** está em:

- (A) ... o raciocínio conservacionista tem sido puramente contábil ... (o raciocínio dos conservacionistas)
 (B) Mas, ainda que seja um assunto cada vez mais popular ... (assuntos cada vez mais populares)
 (C) ... de quem está mergulhado nas decisões mais prosaicas do dia a dia. (daqueles que)
 (D) ... nunca, na história do planeta, registrou-se um número tão grande de espécies ameaçadas. (tantas espécies ameaçadas)
 (E) ... um tema que se discuta nos bares ... (daqueles temas)

5. Considere as afirmativas a respeito da pontuação nos trechos transcritos abaixo:

- I. *Tudo indica que a variedade de espécies de plantas, animais e insetos de uma determinada área começa a ser uma preocupação geral – a ponto de a ONU considerar 2010 o Ano Internacional da Biodiversidade.*
 O travessão introduz um argumento que justifica o que acaba de ser afirmado.
- II. *Talvez seja um discurso um pouco vago devido à urgência dos fatos: nunca, na história do planeta, registrou-se um número tão grande de espécies ameaçadas.*
 Os dois pontos introduzem segmento explicativo para a expressão anterior a eles, *urgência dos fatos*.
- III. *Nessa contabilidade, o que entra é um valor atribuído aos "serviços" ambientais que os biomas oferecem ...*
 O emprego das aspas busca chamar a atenção para um sentido particular atribuído ao vocábulo *serviços*.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
 (B) II, apenas.
 (C) I e III, apenas.
 (D) II e III, apenas.
 (E) I, II e III.

6. ... para a preservação das espécies e das áreas em que elas se encontram. (último parágrafo)

A expressão pronominal grifada acima preenche corretamente a lacuna da frase:

- (A) O número de espécies de um bioma garante a matéria genética dispõem os pesquisadores para estudos nas mais diversas áreas do conhecimento.
 (B) Material genético disponível para estudos mais aprofundados na área da saúde humana é tudo aquilo possam sonhar os cientistas.
 (C) Justifica-se uma preocupação maior com a sustentabilidade do planeta, tendo em vista se acelera o ritmo da degradação de diversos biomas.
 (D) As inúmeras espécies que constituem os biomas oferecem material de estudo se fundamentam os cientistas para descobrir a cura de doenças.
 (E) É necessário ampliar o conhecimento sobre a importância da biodiversidade para a vida no planeta, se amplie o campo das pesquisas genéticas.

7. ... capaz de fornecer as mais diferentes soluções para questões humanas eminentes. (último parágrafo)

Considerando-se o par de palavras **eminentes / iminentes**, é correto afirmar que se trata de exemplo de

- (A) antonímia.
 (B) sinonímia.
 (C) paronímia.
 (D) homonímia.
 (E) homofonia.

Atenção: As questões de números 8 a 10 referem-se ao texto abaixo.

Em 1904, Kafka escreveu a seu amigo Oskar Pollak: "No fim das contas, penso que devemos ler somente livros que nos mordam e piquem. Se o livro que estamos lendo não nos sacode e acorda como um golpe no crânio, por que nos darmos o trabalho de lê-lo? Para que nos faça feliz, como diz você? Seríamos felizes da mesma forma se não tivéssemos livros. Livros que nos façam felizes, em caso de necessidade, poderíamos escrevê-los nós mesmos. Precisamos é de livros que nos atinjam como o pior dos infortúnios, como a morte de alguém que amamos mais do que a nós mesmos, que nos façam sentir como se tivéssemos sido banidos para a floresta, longe de qualquer presença humana, como um suicídio. É nisso que acredito."

(Adaptado de Alberto Manguel. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 113)



<p>8. I. Kafka acredita que, para valer a pena ser lido, um livro deve surpreender e provocar o leitor, causando-lhe estranhamento e espanto.</p> <p>II. Ao afirmar que <i>Seríamos felizes da mesma forma se não tivéssemos livros</i>, Kafka paradoxalmente defende a ideia de que, apesar de oferecerem entretenimento, os livros não proporcionam um modo saudável de diversão, pois a leitura é uma atividade extremamente solitária.</p> <p>III. As reflexões de Kafka são construídas por meio de imagens que traduzem o tipo de livro que o autor considera necessário ler: aquele que atinge o leitor <i>como o pior dos infortúnios</i>.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, apenas. (B) III, apenas. (C) I e II, apenas. (D) I e III, apenas. (E) I, II e III.</p>	<p>12. No <i>Word</i>, "Numerada", "Vários níveis" e "Estilos de Lista" são abas que, no menu Formatar, são pertinentes à opção</p> <p>(A) Fonte. (B) Estilos e marcação. (C) Parágrafo. (D) Marcadores e numeração. (E) Plano de fundo.</p> <p>13. Usada para desfazer alterações feitas e para retornar as configurações do computador a uma etapa anterior, preservando os trabalhos recentes, sendo um processo totalmente reversível. No <i>Windows</i>, trata-se de</p> <p>(A) Restauração do sistema. (B) Painel de controle. (C) Atualizações automáticas. (D) Central de segurança. (E) Gerenciador de tarefas.</p>
<p>9. Para que nos <u>faça</u> feliz...</p> <p>O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo em que se encontra o grifado acima está em:</p> <p>(A) ...como a morte de alguém que amamos... (B) ... por que nos darmos o trabalho... (C) Se o livro que estamos lendo... (D) ... livros que nos atinjam... (E) <i>Seríamos felizes da mesma forma...</i></p>	<p>14. Processador, memória RAM e bateria são alguns dos principais componentes</p> <p>(A) do conector serial. (B) da saída paralela. (C) da porta USB. (D) do disco rígido. (E) da placa-mãe.</p>
<p>10. ... por que nos <u>darmos o trabalho de lê-lo</u>?</p> <p>A expressão que contém o mesmo sentido do segmento grifado acima é:</p> <p>(A) entediarmos ao. (B) esforçarmos para. (C) preservarmos de. (D) pouparmos de. (E) resguardarmos em.</p>	<p>15. A operação de transferência de um arquivo gravado no computador pessoal para um computador servidor de um provedor da Internet é conhecida por</p> <p>(A) <i>Copy</i>. (B) <i>Download</i>. (C) <i>Upload</i>. (D) <i>Move</i>. (E) <i>Extraction</i>.</p>
<p style="text-align: center;">Noções de Informática</p> <p><u>Atenção:</u> Quando não explícito, para responder às questões sobre os aplicativos e sistemas, considere o <i>MS-Office 2003</i> e o <i>BrOffice 3.1</i>, em suas versões na língua portuguesa. Considere, ainda, o <i>Windows XP</i> na sua versão <i>home edition</i> e modo clássico, os comandos básicos do <i>Linux</i> e o <i>Internet Explorer 8</i>. Todas as questões referem-se às características originais dos produtos, ou seja, não customizadas pelo usuário.</p> <p>11. As células A1 até A3 de uma planilha <i>BrOffice</i> (<i>Calc</i>) contém, respectivamente, os números: 2, 22 e 222. A célula A4 contém a fórmula =A1*A2+A3 (resultado = 266) que arrastada pela alça de preenchimento para a célula A5 registrará, nesta última, o resultado (calculado)</p> <p>(A) 510 (B) 5150 (C) 6074 (D) 10736 (E) 63936</p>	<p>16. No <i>Internet Explorer</i>, o bloqueio ou desbloqueio de <i>Pop-ups</i> pode ser realizado por intermédio do menu</p> <p>(A) Editar. (B) Exibir. (C) Ferramentas. (D) Opções. (E) Arquivo.</p> <p>17. Uma das formas de proteger o sigilo da informação que trafega na Internet é</p> <p>(A) não fazer os <i>downloads</i> em <i>notebooks</i>. (B) não responder <i>e-mails</i> que chegam "com cópia oculta". (C) mandar <i>e-mails</i> somente a pessoas da lista pessoal. (D) não usar a opção "com cópia para" do correio eletrônico. (E) a criptografia.</p>



<p>18. Um arquivo movido para a Lixeira do <i>Windows</i></p> <p>(A) é excluído permanentemente.</p> <p>(B) pode ser restaurado.</p> <p>(C) só pode ser recuperado dentro dos três primeiros meses após a movimentação.</p> <p>(D) é recuperável desde que tenha sido excluído mediante o uso combinado das teclas shift + del.</p> <p>(E) só pode ser restaurado para o local original.</p>	<p>22. Compete privativamente ao Senado Federal:</p> <p>(A) autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias.</p> <p>(B) resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.</p> <p>(C) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha do Procurador-Geral da República.</p> <p>(D) sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.</p> <p>(E) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.</p>
<p style="text-align: center;">CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS</p> <p style="text-align: center;">Direito Constitucional</p> <p>19. Segundo a Constituição Federal, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por</p> <p>(A) um terço dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.</p> <p>(B) dois terços dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às leis complementares.</p> <p>(C) um quarto dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às leis ordinárias.</p> <p>(D) três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.</p> <p>(E) metades dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às leis complementares.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Eleitoral</p> <p>23. De acordo com a Constituição Federal, podem vir a integrar tanto o Tribunal Superior Eleitoral, como o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Tocantins,</p> <p>(A) Advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral militantes no Estado de Tocantins.</p> <p>(B) Ministros do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(C) Ministros do Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(D) Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins.</p> <p>(E) Juízes de Direito da Justiça Estadual do Estado de Tocantins.</p>
<p>20. Fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar é competência</p> <p>(A) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p> <p>(B) privativa da União.</p> <p>(C) concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p> <p>(D) privativa dos Estados e do Distrito Federal.</p> <p>(E) privativa dos Municípios.</p>	<p>24. Das decisões do Tribunal Superior Eleitoral que declararem a invalidade de ato contrário à Constituição Federal e que denegarem <i>habeas corpus</i>, caberá recurso</p> <p>(A) ordinário e recurso extraordinário, respectivamente.</p> <p>(B) extraordinário e recurso ordinário, respectivamente.</p> <p>(C) ordinário.</p> <p>(D) extraordinário.</p> <p>(E) especial.</p>
<p>21. O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de</p> <p>(A) vinte e quatro, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.</p> <p>(B) vinte e quatro, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais, sem qualquer restrição.</p> <p>(C) trinta e seis, só será permitida a substituição através de suplentes regularmente inscritos.</p> <p>(D) trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.</p> <p>(E) quarenta e dois, só será permitida a substituição através de suplentes regularmente inscritos.</p>	<p>25. De acordo com a Resolução do TSE nº 21.538/2003, no título de eleitor, os dois últimos algarismos correspondem</p> <p>(A) à unidade da federação de origem da inscrição.</p> <p>(B) à cidade a que pertence o título eleitoral.</p> <p>(C) ao código da residência do titular.</p> <p>(D) aos dígitos verificadores.</p> <p>(E) ao código do Tribunal que autorizou a expedição.</p>



26. De acordo com a Lei Complementar nº 64/1990 (Lei de Inexigibilidade), considere:

- I. Os que tiverem competência ou interesse direto, indireto ou eventual, no lançamento, arrecadação ou fiscalização de impostos, taxas e contribuições de caráter obrigatório, inclusive para fiscais, ou para aplicar multas relacionadas com essas atividades.
- II. Os que tenham ocupado cargo ou função de direção, administração ou representação em entidades representativas de classe, mantidas, total ou parcialmente, por contribuições impostas pelo poder público.
- III. Os que tenham ocupado cargo ou função de direção, administração ou representação em entidades representativas de classe, mantidas, total ou parcialmente, com recursos repassados pela Previdência Social.

Para candidatarem-se ao cargo de Presidente ou Vice-Presidente da República, devem observar o prazo de desincompatibilização de 6 meses o que consta SOMENTE em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) III.

27. De acordo com a Lei nº 9.096/95, os partidos políticos

- (A) poderão, depois de autorização diplomática, subordinarem-se a entidade estrangeira.
- (B) poderão incorporar-se um ao outro por decisão de seus órgãos nacionais de deliberação.
- (C) poderão manter organização paramilitar.
- (D) poderão receber recursos financeiros de procedência estrangeira.
- (E) não poderão promover alterações programáticas ou estatutárias após o registro de seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral.

Atenção: As questões de números 28 a 32 referem-se à Lei nº 9.504/97 (Lei das Eleições).

28. As propostas defendidas pelo candidato

- (A) devem instruir o pedido de registro de candidatura a Vereador.
- (B) não se incluem dentre os documentos que devem instruir o registro de qualquer candidatura.
- (C) devem instruir o pedido de registro de candidatura a Deputado Federal e Senador.
- (D) devem instruir o pedido de registro de candidatura a Deputado Estadual.
- (E) devem instruir o pedido de registro de candidatura a Prefeito, Governador de Estado e Presidente da República.

29. A propaganda eleitoral

- (A) através da utilização de trios elétricos é vedada para a sonorização de comícios.
- (B) através da distribuição de material gráfico, caminhada, carreta, passeata ou carro de som que transite pela cidade divulgando *jingles* ou mensagens de candidatos é permitida até às 22 horas do dia que antecede a eleição.
- (C) é absolutamente vedada no dia da eleição, não podendo o eleitor utilizar broches e adesivos.
- (D) através de *outdoors* submete-se a prévio sorteio de local a ser feito pela Justiça Eleitoral.
- (E) através da realização de *showmício* e de evento assemelhado para promoção de candidato, bem como a apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício ou reunião eleitoral é permitida até às 22 horas do dia que antecede a eleição.

30. Na fiscalização das eleições,

- (A) as credenciais de fiscais e delegados deverão ser expedidas exclusivamente pela Justiça Eleitoral.
- (B) a escolha dos fiscais ou delegados de partido ou coligação poderá recair em quem, por nomeação do Juiz Eleitoral, já faça parte da Mesa Receptora.
- (C) a escolha dos fiscais ou delegados de partido ou coligação poderá recair em pessoa com 16 anos.
- (D) o fiscal poderá ser nomeado para fiscalizar mais de uma Seção Eleitoral no mesmo local de votação.
- (E) o presidente do partido ou representante da Coligação não precisa registrar na Justiça Eleitoral o nome das pessoas autorizadas a expedir as credenciais dos fiscais e delegados.

31. No caso das convenções partidárias não indicarem o número máximo de candidatos previstos em lei,

- (A) o preenchimento das vagas remanescentes dependerá da realização de nova convenção.
- (B) os partidos concorrerão apenas com os candidatos indicados na convenção.
- (C) os órgãos de direção dos partidos respectivos poderão preencher as vagas remanescentes até sessenta dias antes do pleito.
- (D) os filiados aos partidos políticos poderão livremente inscrever-se até atingir o número máximo permitido.
- (E) o preenchimento das vagas remanescentes será feito através da votação da maioria dos candidatos indicados na convenção.

32. Numa eleição para Governador do Estado, concorreram vários candidatos. João foi o mais votado, mas não alcançou maioria absoluta de votos, não computados os em branco e nulos, na primeira votação. José, Luiz e Mário empataram em segundo lugar, sendo José o mais idoso, Mário o mais jovem e Luiz o que concorria pelo maior número de partidos coligados. Nesse caso, o segundo turno será disputado entre

- (A) João, José e Luiz.
- (B) João, José, Luiz e Mário.
- (C) João e Luiz.
- (D) João e Mário.
- (E) João e José.



33. De acordo com a Lei nº 6.091/74, utilizar em campanha eleitoral, no decurso dos noventa dias que antecedem o pleito, veículos e embarcações pertencentes à União, Estados, Municípios e respectivas autarquias e sociedades de economia mista, acarreta
- (A) o cancelamento do registro do candidato ou de seu diploma, se já houver sido proclamado eleito.
- (B) a imposição de multa de 100 a 150 dias-multa.
- (C) a aplicação de pena de detenção de 3 a 6 meses, somente.
- (D) a aplicação de pena de detenção de 15 dias a 6 meses e de 200 a 300 dias-multa.
- (E) a aplicação de advertência verbal e pública pelo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral.

Direito Administrativo

34. Na concessão de serviço público:
- (A) Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, com exceção dos direitos e privilégios transferidos ao concessionário conforme previsto no edital e estabelecido no contrato.
- (B) A retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização denomina-se reversão.
- (C) O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, através de requerimento administrativo provido para esse fim.
- (D) A extinção do contrato de concessão pode ocorrer por diversas formas e razões, sendo uma delas a anulação, que pode provir de decisão administrativa ou judicial e os efeitos que produz são *ex nunc*.
- (E) A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições legais e as normas convencionadas entre as partes.

35. No que diz respeito ao instituto da convalidação dos atos administrativos, é correto afirmar:
- (A) a convalidação sempre será possível quando houver vício no objeto do ato administrativo.
- (B) a impugnação expressa, feita pelo interessado, contra ato com vício sanável de competência, constitui barreira a sua convalidação pela Administração.
- (C) admite-se convalidação quando o vício relacionar-se ao motivo do ato administrativo.
- (D) admite-se convalidação quando houver vício de incompetência em razão da matéria, como por exemplo, quando determinado Ministério pratica ato de competência de outro.
- (E) convalidação é o ato administrativo pelo qual é suprido vício existente em determinado ato, com efeitos *ex nunc*.

36. Os órgãos públicos
- (A) confundem-se com as pessoas físicas, porque congregam funções que estas vão exercer.
- (B) são singulares quando constituídos por um único centro de atribuições, sem subdivisões internas, como ocorre com as seções integradas em órgãos maiores.
- (C) não são parte integrante da estrutura da Administração Pública.
- (D) não têm personalidade jurídica própria.
- (E) são compostos quando constituídos por vários agentes, sendo exemplo, o Tribunal de Impostos e Taxas.

37. Nos contratos administrativos,
- (A) o instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e tomada de preços, sendo dispensável em algumas hipóteses de inexigibilidade e dispensa de licitação.
- (B) é permitida a qualquer interessado a obtenção gratuita de cópia autenticada de contrato administrativo.
- (C) a minuta do futuro contrato integrará sempre o edital ou ato convocatório da licitação.
- (D) decorridos cinquenta dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
- (E) nenhum contrato com a Administração Pública pode ser de forma verbal.

38. De acordo com a Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações), os interessados em participar de licitação, na modalidade convite:
- (A) Como regra, são convidados em número mínimo de três pela unidade administrativa.
- (B) Não precisam ser necessariamente do ramo pertinente ao objeto do convite.
- (C) Devem ser previamente cadastrados.
- (D) Não poderão participar, os cadastrados na correspondente especialidade, ainda que manifestem interesse até vinte e quatro horas antes da apresentação das propostas.
- (E) São convocados obrigatoriamente por meio da publicação do edital na Imprensa Oficial.

Noções de Administração Pública

39. De acordo com o Código de Ética do Servidor Público Federal, a pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de
- (A) suspensão.
- (B) multa.
- (C) demissão.
- (D) afastamento.
- (E) censura.



40. De acordo com a Organização Administrativa Brasileira, o SESI, o SESC e o SENAI são entidades

- (A) estatais.
- (B) paraestatais.
- (C) autárquicas.
- (D) fundacionais.
- (E) empresariais.

41. Os órgãos públicos

- (A) são classificados como entidades estatais.
- (B) têm autonomia política.
- (C) têm personalidade jurídica.
- (D) são soberanos.
- (E) são centros de competência instituídos para o desempenho de funções estatais.

Direito Civil

42. Marta possui dezesseis anos de idade e reside com sua mãe, Julia, já que seu pai é falecido. Julia pretende fazer cessar a incapacidade civil de Marta. Neste caso, Julia

- (A) deverá fazê-lo através de procedimento judicial adequado visando sentença proferida em juízo.
- (B) poderá fazê-lo mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial.
- (C) poderá fazê-lo mediante instrumento público, desde que submetido à homologação judicial.
- (D) não poderá fazê-lo em razão do falecimento do pai de Marta.
- (E) não poderá fazê-lo uma vez que Marta possui dezesseis anos de idade.

43. Considere as seguintes assertivas a respeito do pagamento:

- I. É lícito convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas.
- II. Sendo a quitação do capital sem reserva dos juros, estes não se presumem pagos.
- III. A entrega do título ao devedor firma a presunção do pagamento, mas ficará sem efeito a quitação assim operada se o credor provar, em sessenta dias, a falta do pagamento.
- IV. Se o pagamento se houver de fazer por medida, ou peso, entender-se-á, no silêncio das partes, que não aceitaram os do lugar da execução.

De acordo com o Código Civil brasileiro está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

44. Na doação não sujeita a encargo, se o doador fixar prazo ao donatário para declarar se aceita ou não a liberalidade e este, ciente do prazo, não a fizer,

- (A) entender-se-á que aceitou.
- (B) entender-se-á que não aceitou.
- (C) deverá o doador notificar por escrito o donatário para que se manifeste no prazo improrrogável de 24 horas.
- (D) deverá o doador notificar por escrito o donatário para que se manifeste no prazo improrrogável de 48 horas.
- (E) deverá o doador celebrar aditivo contratual e notificar por escrito o donatário para que se manifeste dentro de trinta dias.

45. Em regra, no seguro de dano, a transferência do contrato a terceiro com a alienação ou cessão do interesse segurado é

- (A) vedada pelo Código Civil brasileiro em atenção aos princípios da transparência e da boa-fé objetiva.
- (B) admitida, sendo que, se o instrumento contratual é nominativo, a transferência produz efeitos em relação ao segurador imediatamente, sendo desnecessário aviso escrito.
- (C) admitida, sendo que a apólice ou o bilhete à ordem se transfere por endosso em branco.
- (D) admitida, sendo que a apólice ou o bilhete à ordem só se transfere por endosso em preto, datado e assinado pelo endossante e pelo endossatário.
- (E) admitida, sendo que se o instrumento contratual é nominativo, a transferência produz efeitos em relação ao segurador após dez dias úteis da efetivação da transferência, sendo desnecessário aviso escrito.

Direito Processual Civil

46. O conflito de competência

- (A) não obsta que a parte, que o não suscitou, ofereça exceção declinatória do foro.
- (B) não pode ser suscitado pelo Ministério Público, tratando-se de ato exclusivo das partes e do juiz, devendo, entretanto este ser ouvido em todos os conflitos.
- (C) pode ser suscitado pela parte que ofereceu exceção de incompetência.
- (D) poderá ser decidido de plano pelo relator em qualquer hipótese, cabendo agravo no prazo de dez dias para o órgão recursal competente.
- (E) será suscitado pela parte através de ofício dirigido ao presidente do Tribunal competente.



47. Mara é juíza de direito. Neste mês recebeu através da distribuição três processos: **A**, **B** e **C**. No processo **A** o advogado do autor é o marido de Mara. No processo **B** uma das partes é inimiga capital de Mara e no processo **C** a autora é empregada de Mara. Nestes casos, Mara está impedida de exercer as suas funções

- (A) no processo A.
- (B) no processo B
- (C) no processo C.
- (D) nos processos A e B.
- (E) nos processos A e C.

48. O Ministério Público pretende interpor agravo de instrumento em face de decisão proferida em processo em que atua como fiscal da lei. Deverá fazê-lo no prazo de

- (A) 5 dias.
- (B) 10 dias.
- (C) 15 dias.
- (D) 20 dias.
- (E) 30 dias.

Direito Penal

49. No concurso de pessoas,

- (A) se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de metade.
- (B) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
- (C) se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena do crime cometido, reduzida de um a dois terços.
- (D) as circunstâncias e as condições de caráter pessoal se comunicam, sejam, ou não, elementares do crime.
- (E) a instigação e o auxílio, em qualquer hipótese, são puníveis mesmo que o crime não ocorra.

50. Nos termos do Código Penal, é efeito automático da condenação, não sendo necessário ser declarado na sentença:

- (A) A perda de cargo, função pública ou mandato eletivo quando for aplicada pena privativa de liberdade por tempo superior a quatro anos em qualquer crime, salvo nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública.
- (B) A perda de cargo, função pública ou mandato eletivo, quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública.
- (C) Tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime.
- (D) A incapacidade para o exercício do pátrio poder, tutela ou curatela, nos crimes dolosos, sujeitos à pena de reclusão, cometidos contra filho, tutelado ou curatelado.
- (E) A inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso.

51. Arrebatamento de preso é classificado como crime

- (A) de abuso de autoridade.
- (B) praticado por particular contra a administração em geral.
- (C) praticado por funcionário público contra a administração em geral.
- (D) contra a fé pública.
- (E) contra a administração da Justiça.

Direito Processual Penal

52. Na hipótese de crime cuja execução tenha sido iniciada no território nacional, mas a consumação tenha ocorrido fora dele, a competência será determinada

- (A) pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução.
- (B) pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o primeiro ato de execução.
- (C) pela prevenção.
- (D) pela residência ou domicílio do réu.
- (E) pelo lugar onde ocorreu a consumação.

53. Quanto ao exame de corpo de delito e às perícias em geral, de acordo com o Código de Processo Penal:

- (A) Os exames de corpo de delito serão feitos por dois peritos oficiais.
- (B) Se a infração deixar vestígios, a ausência do exame de corpo de delito pode ser suprida pela confissão do acusado.
- (C) Ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado é facultada a indicação de assistente técnico.
- (D) Os peritos não oficiais ficarão dispensados de compromisso se forem especialistas na matéria objeto da perícia e tiverem prestado compromisso em entidade de classe.
- (E) O laudo pericial será elaborado no prazo máximo de cinco dias, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, a requerimento do Ministério Público.

54. De acordo com o Código de Processo Penal, serão recolhidos a quartéis ou a prisão especial, à disposição da autoridade competente, quando sujeitos a prisão antes de condenação definitiva, dentre outros,

- (A) os estudantes universitários.
- (B) os cidadãos inscritos no "Livro de Mérito".
- (C) os vereadores, exceto os de cidade com menos de cem mil habitantes.
- (D) os estrangeiros.
- (E) os filhos de magistrados.

**Normas Aplicáveis aos Servidores Públicos Federais**

55. É forma de provimento do cargo público, dentre outras, a
- (A) disponibilidade.
 - (B) ascensão.
 - (C) readaptação.
 - (D) aposentadoria.
 - (E) substituição.
-
56. Quanto à posse e ao exercício:
- (A) é de quinze dias o prazo para o servidor nomeado em cargo público entrar em exercício, contados da data da publicação da sua posse.
 - (B) é vedada a posse em cargo público efetivo ou em comissão, por procuração.
 - (C) a posse em cargo público efetivo independerá de prévia inspeção médica oficial.
 - (D) a promoção interrompe o tempo de exercício, sendo descontado do posicionamento na carreira a partir da data da posse.
 - (E) exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança.
-
57. De acordo com a Lei nº 8.429/92 (Improbidade Administrativa), nas ações de Improbidade Administrativa é INCORRETO afirmar que
- (A) qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
 - (B) da decisão que receber ou rejeitar a petição inicial na ação de improbidade administrativa caberá apelação com efeito suspensivo.
 - (C) a ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.
 - (D) é vedada a transação, acordo ou conciliação nas ações que versem sobre improbidade administrativa.
 - (E) o Ministério Público, se não intervir no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei, sob pena de nulidade.

Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Tocantins

58. Os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Tocantins
- (A) substitutos, servirão, facultativamente, por um ano, no máximo, podendo em caso de força maior, ter renovada a escolha por um ano consecutivo.
 - (B) efetivos ou comissionados, servirão, facultativamente, por dois anos, no mínimo, permitida a recondução.
 - (C) substitutos ou comissionados, servirão, obrigatoriamente, por um ano, no mínimo, e nunca por mais de dois anos consecutivos.
 - (D) efetivos ou substitutos, servirão, obrigatoriamente, por dois anos, no mínimo, e nunca por mais de dois biênios consecutivos.
 - (E) efetivos, servirão, obrigatoriamente, por três anos, no máximo, e nunca consecutivamente.
-
59. Além de outras atribuições, compete ao Corregedor-Geral do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins,
- (A) instaurar e dirigir inquérito administrativo contra juiz eleitoral.
 - (B) conceder, na forma da lei, gratificações aos servidores requisitados para a Secretaria ou para os cartórios eleitorais.
 - (C) nomear, empossar, promover, exonerar, demitir e aposentar os servidores do Tribunal.
 - (D) assinar, com os demais membros e o Procurador-Regional, as atas das sessões, depois de aprovadas, e, juntamente com este e o relator, os acórdãos do Tribunal.
 - (E) conhecer, em grau de recurso, das decisões administrativas da Secretaria.
-
60. Do despacho do relator que recusar a produção de qualquer prova ou a realização de qualquer diligência, nos processos por delitos eleitorais da competência originária do Tribunal, caberá recurso, no prazo de
- (A) vinte e quatro horas, sem efeito suspensivo, para o Pleno do Tribunal.
 - (B) dois dias, com efeito suspensivo, para o Vice-Presidente do Tribunal.
 - (C) três dias, com efeito suspensivo, para a Turma Julgadora.
 - (D) cinco dias, sem efeito suspensivo, para o Pleno do Tribunal.
 - (E) sete dias, para o Revisor, que decidirá sobre eventual efeito suspensivo.

**DISCURSIVA-REDAÇÃO**

Atenção: A Prova Discursiva-Redação deverá ter a extensão mínima de 20 linhas e máxima de 30 linhas.

No tocante ao Direito Eleitoral, discorra, fundamentadamente, sobre o processo de impugnação de pedidos de registro de candidatos.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	